O EXTERMÍNIO COMO CORREÇÃO: A NECROPOLÍTICA E O ROMANCE *ASSIM NA TERRA COMO EMBAIXO DA TERRA*, DE ANA PAULA MAIA

EXTERMINATION AS CORRECTION: THE NECROPOLITICS AND THE ROMANCE ASSIM NA TERRA COMO EMBAIXO DA TERRA, *BY ANA PAULA MAIA*

Maria Perla Araújo Morais[1]
[https://orcid.org/0000-0002-9860-1706]
DOI: 10.30612/raido.v14i35.11916

RESUMO: Neste artigo, queremos discutir o romance *Assim na terra como embaixo da terra* (2017), de Ana Paula Maia. A obra nos convida a pensar no sistema penal numa aparente situação-limite, em que presos são assassinados pelo administrador de uma Colônia Penal. Acontece que esse cenário não é estranho ao atual Estado brasileiro, tendo em vista o encarceramento em massa e o recrudescimento das políticas de extermínio de certos grupos sociais e étnico-raciais sob o pretexto da contenção da violência. Essas práticas de extermínio podem ser entendidas a partir da necropolítica, um tipo de dinâmica em que o Estado gerencia a morte para a garantia da ordem pública. Essas ideias são confrontadas pelo romance, fazendo-nos questionar se o sistema penal não é uma das instituições que legitimam a necropolítica a fim de silenciar os problemas econômicos e sociais.

Palavras-chave: Biopoder; necropolítica; Estado Suicidário; sistema penal; Ana Paula Maia

ABSTRACT: In this article, we want to discuss the novel *Assim na terra como embaixo da terra* (2017), by Ana Paula Maia. The work invites us to think about the penal system in an apparent extreme situation, in which prisoners are murdered by the administrator of a Penal Colony. It turns out that this scenario is not foreign to the current Brazilian State, in view of the mass incarceration and the resurgence of policies for exterminating certain social and ethnic-racial groups under the pretext of violence control. These extermination practices can be understood from the necropolitics, a type of dynamic in which the State manages death to guarantee public order. These ideas are confronted by the novel, making us question whether the penal system is not one of the institutions that legitimize necropolitics in order to silence economic and social problems.

Keywords: Biopower; necropolitics; Suicidal State; penal system; Ana Paula Maia

1 Doutora em Literatura Comparada pela UFF. Professora de Literatura Brasileira do Curso de Letras e do Mestrado em Letras da UFT.

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

O título do romance da escritora brasileira Ana Paula Maia *Assim na terra como embaixo da terra* enfatiza uma situação de permanência em lugares distintos. Tanto na terra como embaixo dela há algo que se mantém, nos dando a impressão de uma fatalidade da qual não é possível escapar. A permanência, no entanto, nem sempre é algo negativo, uma vez que existem situações em que ela pode ser fundamental para a própria sobrevivência. Assim, quando lemos o romance, percebemos a permanência associada a um ciclo de repetições da opressão e também da resistência, instituindo a vida dentro de uma constante luta.

O romance conta a história de um grupo de detentos dentro de uma colônia penal administrada pelo personagem Melquíades e por seu ajudante, Taborda. Os presos não sabem por que estão ali e o que significa ser transferido para a Colônia Penal, já que todos cumpriam pena em outro lugar. Na Colônia, estão submetidos aos caprichos e vontades do administrador, que adquirira o gosto de matar os presos numa espécie de caçada. Alguns sabem que, se não elaborarem um plano de fuga, nunca sairão daquela Colônia vivos, como Bronco Gil, Pablo e Valdênio. Numa das últimas caçadas, Pablo consegue escapar de ser morto e, na procura por ele, Melquíades sofre um acidente, perdendo a memória. Quando Heitor, o novo oficial, chega à Colônia para desativá-la, só há Bronco Gil, Valdênio e Taborda lá. O oficial traz um novo preso: Melquíades, que perdera a memória e estava com a roupa de preso, uma vez que Pablo tinha trocado o seu uniforme com o do administrador. Aos poucos, Melquíades consegue se lembrar de quem era e começa a caçar os que estão dentro da prisão, inclusive o novo oficial.

A partir do romance, percebemos a manutenção de dinâmicas em relação a como lidar com aqueles que desobedecem aos princípios da lei ou que são vistos como corpos selvagens por uma sociedade que abdicou de pensar nos impactos sociais dos projetos econômicos. Essa permanência de dinâmicas de repressão se dá em espaços distintos, mas também em tempos diversos, uma vez que o romance sugere uma continuidade de práticas de correção que são chanceladas para grupos não-hegemônicos desde o Brasil colônia. Podemos afirmar que a obra reflete sobre a permanência de formas injustas de praticar a justiça e como resistir a essa estrutura.

Essas formas têm a ver com as estratégias conjugadas da biopolítica e necropolítica que fomentam as políticas do Estado. Assim, a partir da ideia da promoção da vida, proporcionada pelo biopoder e defendida pelo Estado moderno, aposta-se na narrativa da emancipação humana. Quanto mais disciplinar e regulamentador for o Estado, mais próximo ele estará da criação dos sujeitos emancipados. Entretanto, quando observamos os grupos que sofrem as sanções dessa sociedade disciplinar, constatamos a ação de um componente étnico-racial produzindo desigualdades. Se atravessarmos o biopoder pelo racismo e pelo fascismo das políticas neoliberais, veremos outras forças atuando para que a sociedade que visa à emancipação igualmente produza desigualdades e, portanto, grupos que serão vistos como improdutivos, ociosos e desordeiros permanentemente. O contingente de excluídos é, ao mesmo tempo, nesse entrecruzamento de narrativas em que estamos, causa e consequência das formas como organizamos a vida social.

Por isso, é possível ver a narrativa do biopoder sob um outro viés: não o que fomenta a vida, mas o que gerencia a morte de amplos grupos de nossa população. Nesse

sentido, o sistema penal corrobora com esse gerenciamento uma vez que não visa à correção, muito menos a inclusão, mas sim ao extermínio ou exclusão.

O romance de Ana Paula Maia movimenta esse problema e nos faz pensar se, ao contrário do seu sentido hegemônico, o sistema penal não pode ser pensado intrinsecamente relacionado ao sistema econômico e social brasileiro, funcionando como um dispositivo para silenciar a desigualdade e gerenciar a escassez dentro de um modelo de sociedade acumulativo de capital. Assim, a Colônia Penal no romance descortina a lei como um lugar vazio dentro da narrativa progressista e emancipatória, mostrando que é mais um dispositivo da gerência das desigualdades do que um aparato para emancipação do homem.

1 BIOPODER, NECROPOLÍTICA E SOCIEDADE

Para Foucault, o Estado moderno é perpassado por um sistema de direito, cuja origem encontra-se na soberania (o "poder de deixar viver" e o "poder de deixar morrer"). Nesse sistema, convivem mecanismos disciplinadores e regulamentadores. O primeiro normaliza o corpo individual e encontra na morte a expressão mais fiel do poder; o segundo se refere ao controle de populações a partir da regulamentação, numa forma de garantia da longevidade. Trata-se de ver o poder sobre o controle da vida ou o biopoder: "Portanto, estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral com o pólo do corpo e o pólo da população." (FOUCAULT, 2005, p.302)

Acontece que, embora o poder regulador tenha como objetivo o prolongamento da vida, como dentro dele o exercício da morte é permitido? A resposta encontra-se no fato de os Estados modernos operarem com o racismo, que produz uma fragmentação biológica dentro dos grupos, instituindo os corpos cuja morte não é reclamada:

> Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. (FOUCAULT, 2005, p.304)

Isso explica o paradoxo no qual nos encontramos quando percebemos que o mesmo Estado que se serve de um aparato regulamentador da vida para alguns grupos (sistema de justiça, saúde, educação, por exemplo) promove um verdadeiro genocídio de outros. O racismo, no entanto, se encaixa perfeitamente dentro dos cálculos do biopoder ao promover uma situação de guerra travestida de confronto biológico, em que para que um grupo viva outro tenha que morrer:

> De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: "quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie, mais eu - não enquanto individuo mas enquanto espécie- viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

> poderei proliferar". A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2005, p. 305)

Garantida pelo biopoder como uma forma de manter a vitória da espécie, a morte não só é permitida como desejada. Assim, a aceitação da morte de amplos contingentes populacionais está dentro da narrativa do biopoder, porque ele, em sua promoção do corpo social saudável, localiza no "outro" uma degenerescência que contamina e impede a sociedade de rumar para a sua emancipação. A eliminação do "outro" no biopoder é uma política que coexiste com os mecanismos que regulam e normatizam a fim da longevidade da vida.

Dentro de um Estado como esse, o sistema de justiça se organiza atravessado pelo racismo e, portanto, garantirá a proteção da vida de alguns grupos e aceitará a eliminação de outros. Essa política de extermínio em nome da "vida" será exercida pelos mecanismos criados dentro dos Estados modernos para a proteção, como o sistema penal. Mas assumirá nas colônias formas tão extremas que nos fará pensar se, no contemporâneo, as narrativas de autonomia do sujeito pelo biopoder não estariam engendrando políticas de destruição dos corpos e das populações, uma submissão distinta da vida à morte ou a necropolítica, como conceitua o filósofo camaronês Achille Mbembe: "A ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação entre o disciplinar, a biopolítica e a necropolítica." (MBEMBE, 2018, p. 41)

De acordo com Mbembe, nas colônias, a necropolítica teria sido tão bem-sucedida que sua dinâmica pode explicar até a possibilidade da ascensão do nazismo. As colônias seriam lugares onde o estado de exceção está em pleno funcionamento em nome da civilização. Acredita-se que, nas colônias, não havia um projeto autóctone para a criação de sujeitos autônomos (cidadão), o que fez com que a vida do outro fosse comparada à vida animal (o selvagem), estratégia que ratifica qualquer prática da violência e retira qualquer culpa no extermínio. O colonialismo expôs o limite da razão, do universal e da moralidade, uma vez que os territórios eram pensados como aqueles em que a guerra pode ser mobilizada sem fim, sob o pretexto de se acabar com o inimigo, a desordem e o criminoso.

Dentro dos territórios coloniais, dinâmicas sociais chancelavam essa necropolítica, como, por exemplo, "a fragmentação territorial, o acesso proibido a certas zonas e a expansão de assentamentos." (MBEMBE, 2018, p.43). Essas dinâmicas nos permitem observar a "política de verticalidade" a serviço da necropolítica:

> Sob condições de soberania vertical e ocupação colonial fragmentada, comunidades são separadas segundo um eixo de ordenadas. Isso conduz a uma proliferação dos espaços de violência. Os campos de batalha não estão localizados exclusivamente na superfície da terra. Assim como o espaço aéreo, o subsolo também é transformado em zona de conflito. Não há continuidade entre a terra e o céu. Até mesmo os limites no espaço aéreo dividem-se entre as camadas inferiores e superiores. Em todo lugar, o simbolismo do topo (quem se encontra no topo) é reiterado. (MBEMBE, 2018, p.46)

A verticalidade acaba criando não só divisões espaciais como hierarquias, mostrando que todo o território dentro das colônias está a serviço da necropolítica. Em

outro momento, Memmi já tinha nos alertado que na colônia tudo aparece colonizado (MEMMI, 1977), numa forma de pensar territórios e subjetividades expostos a maneira de valorar centrada no colonialismo.

Podemos ver o reflexo dessa questão em, pelo menos, três aspectos que se relacionam com o romance de Ana Paula Maia: o primeiro diz respeito a como a necropolítica nos ajuda a pensar nas territorialidades das ex-colônias, como o Brasil; o segundo se refere à semelhança da passagem de Mbembe ao título do romance Assim na terra como embaixo da terra e o terceiro é sobre como a política da verticalidade é extremamente produtiva, no contemporâneo, em outras áreas que, igualmente ao sistema penal, regulam e normatizam a vida, como o sistema de saúde pública.

Sobre a primeira questão, temos visto que, de fato, o necropoder no Brasil institui territórios onde a guerra é permanente a partir de uma narrativa que olha para alguns grupos e áreas como territorialidades inimigas da ordem e da segurança pública. Invariavelmente essa política de submissão da vida à morte é atravessada pelo racismo, uma vez que a maioria da população que habita esses territórios são negros. Nos EUA, por exemplo, temos a narrativa da guerra às drogas, fazendo com que a população afro-americana seja discriminada ou exterminada em nome da paz:

> Na Guerra à Drogas, o inimigo é definido racialmente. Os métodos de segurança públicas (...) têm sido empregados quase que exclusivamente em comunidades não brancas pobres, resultando em números impressionantes de afro-americanos e latinos ocupando as prisões dos Estados Unidos todos os anos. Os soldados da Guerra às drogas nos dizem que o inimigo nessa guerra é uma coisa – as drogas – e não um grupo de pessoas, mas os fatos provam o contrário. (ALEXANDER, 2017, p. 156)

No Brasil, temos "pacificações" com as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) em comunidades periféricas, em que também, em nome do fim da violência urbana, territórios são ocupados permanentemente pelo aparato da polícia militar. Recentemente, a lei 13.964/19, chamada de "pacote anticrime", foi sancionada e já está em vigor desde 23 de janeiro de 2020. Essa lei faz parte daquelas políticas que acreditam na necessidade de aumentar a eficácia do aparato penal para a diminuição dos crimes e corrupção. Vemos que esse pacote conta com aceitação de parte da sociedade, permitindo mesmo que políticos que o defendam se elejam com essa plataforma, ao mesmo tempo em que reduzem os direitos dos cidadãos. Alinhado ao discurso da defesa da ordem ou da defesa da vida concebida dentro dos cálculos do poder, o Estado elabora políticas que visam ao extermínio de boa parte da população. Delegando os problemas da "desordem" ao argumento da falta de civilidade e progresso de vários grupos e visualizando algumas territorialidades como "terra arrasada", o Estado brasileiro pode ser visto dentro da necropolítica. Alinha-se a essa necropolítica também a insatisfação de parte da população que, diante das políticas neoliberais, resistem ao discurso de justiça social, apostando na xenofobia, moralismo e manutenção das tradicionais hierarquias de classe, raça e gênero.

O segundo aspecto diz respeito à semelhança do que Achille Mbembe chama de política da verticalidade, adotada dentro das colônias, e o título do romance de Ana Paula Maia. Se o título nos fala da permanência de algo na terra e embaixo dela, é porque todo o território encontra-se impregnado de uma lógica da qual é difícil se esconder. As territorialidades são pensadas dentro dessa forma, instituindo zonas de conflitos e o topo onde estão os dispositivos de controle. A permanência dessa política da verticalidade

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

nos diz, ainda, que, mesmo na terra, há o subsolo, numa forma de expor que a dinâmica hierárquica e colonial não deixa nenhum espaço e tempo a salvo. Sua reprodução ao infinito, como um fractal auto-semelhante ou um vírus auto-replicante, não faz pensarmos na divisão entre o céu e o inferno ou vida e morte, mas numa política de morte infinita que sobrevive em todos os tempos e espaços. A sociedade organizada dessa forma não é diferente de um estado de guerra permanente.

Por fim e como consequência da necropolitica, podemos pensar que essa estratégia da verticalidade é uma forma aceita como legítima em todas as instituições do Estado brasileiro e foi aventada recentemente, durante a pandemia da COVID-19, com o nome de "isolamento vertical", uma estratégia a fim de diminuir os impactos da doença na economia. Diante da pandemia, uma das primeiras medidas adotadas pelo Estado brasileiro foi o isolamento social, que consistia no fechamento do comércio não essencial a fim de evitar a disseminação do coronavírus, muito letal e de fácil propagação. Ao contrário desse isolamento social, em que pessoas de diferentes idades estariam resguardadas em seus lares, o vertical propõe que só alguns grupos fiquem em seus lares (os idosos e os que possuam comorbidades). É importante assinalar que a OMS recomendou o isolamento social como medida para conter a rápida disseminação do coronavírus a fim de que os sistemas de saúdes dos países não entrassem em colapso. O relatório de alguns professores da UFMG "Isolamento social vertical é ineficaz para conter a pandemia COVID-19 (coronavírus)" informa que a verticalidade é quase tão ineficaz quanto a inexistência de isolamento:

> O isolamento vertical com redução de 15 vezes no contato social faz com que rapidamente um grande número de infectados (cerca de 200 mil) surja na faixa etária de 60+ anos, provocando um enorme fluxo de pacientes necessitando de internação hospitalar imediata, sem que existam leitos suficientes na rede hospitalar de Belo Horizonte.
>
> O isolamento horizontal (15X) proposto, em comparação, faz com que a epidemia só se manifeste, e de maneira bastante reduzida, após 16 meses de seu início, desafogando a rede hospitalar, reduzindo o número de vítimas fatais, e ainda permitindo que futuras intervenções possam ocorrer posteriormente (vacinação, novos medicamentos, etc.). (UFMG, 2020, p.9)

A OMS é uma das organizações cuja a existência só é possível dentro das práticas do biopoder. Como defendemos que, no caso brasileiro, além do biopoder, temos provas suficientes para acreditar que opera em nosso Estado as práticas da necropolítica, a defesa do isolamento vertical é totalmente compatível e sintomática. Trata-se de ver a sociedade imersa numa guerra cuja vitória se daria pelo sacrifício do outro o que inclui também o suicídio do mesmo. Agora, pessoas com comorbidades e idosos, pela faixa etária e pelas doenças preexistentes, também estão inclusos no cálculo do biopoder e podem ser corpos descartáveis, uma vez que o isolamento vertical desse grupo não é suficiente para que se evite a propagação da doença. Além disso, só resguardar essa população não é uma política de enfrentamento à pandemia, porque desconsidera que, por problemas socio-econômicos, as populações mais pobres estarão mais expostas à doença, ou seja, é contar com a morte desse grupo mais uma vez.

Então, ao contrário do que o isolamento vertical propaga, não estaríamos defendendo os grupos vulneráveis, mas os condenando à própria sorte. Aqui, veríamos o

Estado não só atravessado pelo racismo, que lhe é estrutural, mas pela crise de políticas neoliberais que agora devem avançar sobre mais corpos. Dentro das narrativas do biopoder e da necropolítica, esse avanço deixa explícito que, para se manter a "saúde" dos Estados, é preciso tomar medidas não contra o corpo estranho, a COVID-19, mas contra o mesmo corpo, eliminando as partes menos produtivas e aqueles corpos descartáveis. Esse tipo de prática propõe a morte de vários corpos, mas, em última instância, anuncia o próprio fim do Estado como narrativa moderna:

> O Estado suicidário consegue fazer da revolta contra o Estado injusto, contra as autoridades que nos excluíram, o ritual de liquidação de si em nome da crença na vontade soberana e na preservação de uma liderança que deve encenar seu ritual de onipotência mesmo quando já está claro como o sol sua impotência miserável. Se o fascismo sempre foi uma contrarrevolução preventiva, não esqueçamos que sempre soube transformar a festa da revolução em um ritual inexorável de auto-imolação sacrificial. Fazer o desejo de transformação e diferença conjugar a gramática do sacrifício da auto-destruição: essa sempre foi a equação libidinal que funda o Estado suicidário. (SAFLATLE, 2020, s.p.)

Como nenhuma territorialidade está a salvo dentro desse Estado Suicidário, instituir a verticalidade é só uma expressão do poder, quando, na realidade, o que se pede é o sacrifício de qualquer um, a depender de seu grau de vulnerabilidade. A lógica, portanto, é inversa: quando mais vulnerável for, mas exposto a política da morte promovida pelo Estado. O isolamento vertical institui um topo e sua periferia que, diferentemente do que esse tipo de isolamento prega, se trata apenas de uma expressão do poder, uma organização espacial que não enfrenta o problema, mas que o dissimula numa metáfora, numa disposição muito bem-sucedida dentro de ex-colônias.

Se fizemos essa incursão pelo biopoder e necropolítica, é porque acreditamos que a sociedade se organiza de forma a não observar os custos sociais das desigualdades econômicas. Enquanto não se atentar para isso, continuaremos apoiando e fortalecendo os aparelhos de controle social que se apresentam como fortalecedores de políticas da vida, ao mesmo tempo em que se vinculam intimamente a políticas da morte.

2 NECROPOLÍTICA DENTRO DA COLÔNIA

Ana Paula Maia é escritora, roteirista e duas vezes vencedora do Prêmio SP de Literatura pelos romances *Assim na terra com embaixo da terra* (2017) e Enterre seus mortos (2018). Sua escrita é direta, ágil; seus enredos, dinâmicos, com uma especial atenção para descrever ambientes cruéis e violentos, onde não poderia entrar a não ser pela via ficcional: "São lugares especificamente para homens. Quando eles entram, eu posso entrar *com* eles. Não sou eles, entro com eles". (MAIA apud GRÜNNAGELL, 2015, p. 355). Ao descrever esses ambientes, pontua as relações humanas, as críticas às instituições, o confronto com a morte, as distintas situações de opressões, oferecendo-nos um importante retrato da complexidade da sociedade contemporânea.

Quando lemos o romance Assim na terra como embaixo da terra, encontramos uma dinâmica que se repete ao longo do texto: o questionamento da maneira hegemônica de se ver a instituição penal. Esse questionamento se dá a partir mesmo da história, mas também por causa de pequenos detalhes e personagens. Assim, sob a imagem da

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

proteção, que perpassa veloz na narrativa, vemos a alegoria das ruínas dos projetos de emancipação, como o sistema penal. A prisão, como confinamento que leva à correção, aparece como uma construção chamada Colônia Penal que se encontra bem distante da cidade e numa região extremamente árida. Para lá são levados vários presidiários, como Bronco Gil, Valdênio e Pablo, que são vigiados pelo administrador do local, Melquíades, e um agente penitenciário, Taborda. Os presos não sabem, ao certo, por que estão ali, mas, aos poucos, vão descobrindo que estar na Colônia equivale a uma sentença de morte.

A forma-prisão, de acordo com Foucault, é, antes de tudo, uma "forma social", ou seja, uma forma "segundo a qual o poder é exercido no interior de uma sociedade – a maneira como ele extrai o saber de que precisa para se exercer e a maneira como, a partir desse saber, ele vai distribuir ordens e prescrições" (FOUCAULT, 2015, p. 206). Assim, a prisão só faz sentido numa sociedade que aceita essa forma de saber e poder. Para que a forma-prisão funcione, ela tem que atravessar nossas relações sociais, estando presente nas instituições que nos cercam e nos definem: religião, família, Estado, profissão. A forma-prisão, como forma social, compõe aquela série de dispositivos do sistema disciplinar e regulador que explicam sociedades como a nossa, nos fazendo crer que a privação do convívio leva à correção e, consequentemente, à proteção. Em última instância, a prisão seria uma forma de gerir o tempo e corpos daqueles que não se submetem ao tempo do trabalho, numa maneira de manter o sequestro das subjetividades, uma alienação necessária para a manutenção dos meios de produção:

> A astúcia da sociedade industrial, para exercer essa coerção que transforma o tempo da vida em força de trabalho, foi ter retomado aquela velha técnica da reclusão dos pobres, que no período clássico era uma maneira de fixar e, ao mesmo tempo, eliminar aqueles que, por ociosidade, vagabundagem ou revolta, tivessem escapado a todas as fixações geográficas nas quais se dava o exercício da soberania. Essa instituição deverá ser generalizada e utilizada, ao contrário, para prender os indivíduos aos aparatos sociais; será especificada segundo toda uma série de aparatos que vão da fábrica-prisão à prisão, passando por asilos, escolas, casas de correção. Todo aquele velho sistema de reclusão, reutilizado para esse fim, possibilitará a sequestração que é efetivamente constitutiva dos modos de produção. (FOUCAULT, 2015, p. 211)

Como é uma forma social aceita, a forma-prisão demonstra, ainda, que o sistema disciplinar retira da vida qualquer possibilidade de ineditismo, nos prendendo a uma série de aparelhos regulatórios que barganham com a sociedade a ordem como promessa do sujeito emancipado, da liberdade individual ou do pleno usufruto da propriedade privada.

Sobre esse aspecto, no romance de Ana Paula Maia, temos o personagem Melquíades que defende o sistema não só no seu discurso, mas também nos seus atos. Na história, todos acreditam que Melquíades enlouquecera porque repete ações e diálogos e mata os presos como se estivesse praticando uma caçada de animal. Entretanto, Melquíades é o resultado mais pleno do sistema, ou seja, é o sistema penal em sua plenitude de ação. Seu comportamento só pode ser assim compreendido quando considerarmos que todas as ações desse sistema não fazem nenhum sentido, sendo apenas uma expressão do poder. Vejamos uma das primeiras cenas do romance em que encontramos Valdênio, preso que cozinhava na Colônia, numa espécie de diálogo-interrogatório com Melquíades:

- Pois não, senhor?

- Valdênio, o que temos para o almoço?

- Galinha, senhor.

- De novo? [...]

- Eu estava pensando, Valdênio, podíamos deixar o leitãozinho para o dia em que o oficial chegar. [...]

- Como o senhor achar melhor. [...]

-Estou certo, Valdênio, que você fará o melhor leitão assado de todo este maldito lugar.

-Vou me esforçar, senhor. [...]

Solta os ombros de Valdênio com a mesma intensidade com que os agarrou, e este chega a perder o equilíbrio, mas, com a ajuda da bengala, novamente encontra o eixo para se firmar.

-Eu diria também que devemos ter um pouco de música aqui, não acha? Pablo ainda toca aquela gaita?

- O senhor confiscou a gaita.

-Confisquei? Verdade?

Melquíades enruga a testa e se questiona sobre o confisco da gaita de Pablo.

- E você, por acaso, sabe onde a coloquei?

- O senhor jogou do outro lado do muro.

- Joguei? - espalma a mão contra o próprio peito, admirado de sua conduta. - Quando foi isso?

- Semana passada.

Melquíades caminha ardiloso até bem próximo de Valdênio, como se surrupiasse os pensamentos do homem.

- E você saberia me dizer o motivo de eu ter confiscado a gaita?

Valdênio mantém os olhos baixos, fixos em sua perna aleijada. Não sabe se diz a verdade ou se responde apenas não saber nada.

-Se o senhor confiscou, teve suas razões, senhor.

- Ah, muito bem. Boa resposta. Evidentemente eu tive os meus motivos e gostaria de saber: você concorda com os meus motivos?

Valdênio permanece cabisbaixo.

-Desculpa, senhor. Eu só trabalho na cozinha, não entendo nada de leis.

-Não falo de leis, homem, falo de justiça. Pablo desacatou a minha ordem. Era necessária uma punição, não concorda?

-Sim, senhor – responde entre os dentes e com um engulho na garganta.

Melquíades posiciona-se na frente de Valdênio. Contrai o rosto e tensiona os olhos enquanto o investiga minunciosamente, sem tocá-lo, apenas o farejando. [...]

- O que temos hoje para o almoço?

- Galinha.

- Outra vez? Vou acabar criando penas. E o leitãozinho?

- O senhor disse que quer assar o leitão quando o oficial chegar. (MAIA, 2020, pp. 11-14)

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

A passagem é extensa, mas apresenta vários aspectos relativos à forma-prisão, presentes nas ações de Melquíades, mostrando que seu comportamento não pode ser confundido com uma patologia, mas sim com a plenitude do sistema. A passagem começa e termina com o mesmo questionamento: Melquíades perguntando sobre a comida do almoço e discutindo o leitão como cardápio para o oficial que chegaria na Colônia. Essa repetição na fala pode sugerir que Melquíades está com algum problema de memória, entretanto vemos que, pelas perguntas dispensadas, ele guarda detalhes do que faz com os presos. Sua fala diz respeito à forma-prisão ("Não falo de leis, homem, falo de justiça. Pablo desacatou a minha ordem. Era necessária uma punição, não concorda?"), que esvai o inédito o esvaziando de sentido, e se concentra no repetitivo, como uma maneira de se preocupar apenas com o que é necessário para a manutenção daquele lugar: a ordenação e a duplicação do discurso. A forma-prisão precisa de recursividade, ou seja, ela precisa da repetição para existir, porque nela não há espaço para o inesperado, o inédito, o inaugural, por isso custa-nos classificar a passagem como um diálogo, uma vez que Melquíades só quer escutar sua própria fala ou aquilo que, na fala de Valdênio, seja uma afirmação de si. Valdênio, para sobreviver, desliza por essas práticas de Melquíades; desenvolve uma, por assim dizer, terceira via, metaforizada na própria bengala que o segura, apoia e o impede de cair nas artimanhas de Melquíades. Responde dentro da lógica do interrogatório, porque sabe que, dentro da prisão, tudo é prisão. Essa forma contamina e produz todas as relações sociais ali dentro. As relações estão dentro, portanto, das políticas das verticalidades.

Melquíades não quer respostas; ele quer apenas se ver refletido na fala de Valdênio ("Se o senhor confiscou, teve suas razões, senhor."), mostrando que o poder é um exercício vazio de sentido a não ser se autoafirmar constantemente. Quando é enfático para obter uma resposta dentro do binarismo do sim e do não, Valdênio lhe responde diretamente, mas deixa registrado a sua consciência de que, ali dentro, justiça tem a ver com o que quem tem poder pensa (-Sim, senhor – responde entre os dentes e com um engulho na garganta). Valdênio, dentro da forma-prisão, é prisioneiro e acusado, exposto a um diálogo-interrogátorio cumprindo uma pena-suplício. As perguntas que lhe são dirigidas se constituem em armadilhas ou um campo minado, em que é constantemente testado a atravessar. Ele está sendo caçado por Melquíades também no território da linguagem e não só quando o administrador coloca os presos para correr e fugir de seu tiro.

Sobre essa recursividade na fala do administrador, temos que notar que, quando Melquíades começa a sua "caçada" aos presos, sempre reproduz o mesmo discurso:

> - Vocês são homens quase livres, agora. Só vou falar uma vez, então prestem atenção: vocês têm a chance de sair de entre os muros, mas é só uma chance, que eu considero remota. - Ergue um cronômetro. - Quando eu der o sinal, vou cronometrar trinta segundos, e nesse tempo vocês podem correr para o mais longe que conseguirem. Mas seu eu e o meu rifle CZ.22 fabricado na Tchecoslováquia e de longo alcance encontrarmos vocês, nunca mais deixarão este lugar, entenderam? Evidente que nunca ninguém conseguiu escapar, e todos permanecem aqui, para todo o sempre. É uma medida socioeducativa. (MAIA, 2020, p.57)

Com pequenas diferenças, essa fala é repetida no momento em que Melquíades caça os presos Pablo e Jota. Quem leu Ensaio sobre a cegueira, de José Saramago, ou

1984, de George Orwell, viu que a repetição da linguagem está associada ao controle e regulamentação de aparelhos repressivos. George Orwell, por exemplo, fala-nos até da Novafala, uma língua criada para substituir a Velhafala, numa tentativa de expurgar qualquer pensamento subversivo e mais individualizado dentro da sociedade gerida pelo Grande Irmão. Vejamos o diálogo entre os personagens Syme e Winston sobre a Novafala:

> "Você não sente muito admiração pela Novafala, Winston", disse ele, quase triste. "Até mesmo quando escreve, continua pensando em Velhafala. Li alguns daqueles artigos que você publica no Times de vez em quando. São muito bons, mas são traduções. No fundo você preferiria continuar usando a Velhafala, com todas as suas inexatidões e nuances inúteis de significado. Não compreende a beleza da destruição de palavras. Você sabia que a Novafala é a única língua do mundo cujo vocabulário encolhe a cada ano? (ORWELL, 2009, p. 68)

No contemporâneo, a Novafala equivaleria aos protocolos linguísticos que vemos em muitas canais de comunicações e midias conservadoras ou liberais que se movimentam a partir de certas ideias consensuais. Dentre esses protocolos, que vão desde a mensagem em si até a própria inversão ou invenção de palavras, temos, por exemplo, a expressão *fake news* que se encontra disseminada na sociedade contemporânea. A notícia classificada como fake news é modulada pela expressão em inglês, retirando o julgamento moral ou mesmo jurídico da informação veiculada. A velocidade, o sensacionalismo, as guerras ideológicas das notícias, certamente, contribuem para o fortalecimento das *fake news*, mas a questão que queremos apontar aqui é que, como uma novafala, as *fake news* têm o poder de silenciar o dissenso, tal como Raciére (1996) o pensa, condição fundamental para a democracia.

Chama-nos atenção, portanto, que a efetividade do aparelho repressivo está intimamente relacionada ao conteúdo das mensagens, mas também a sua forma de elaboração. Nesse sentido, a repetição presente na fala de Melquíades é muito reveladora não só da linguagem burguesa, vazia de experiência (BENJAMIN, 2011), mas sobretudo porque é um sintoma de que, reproduzida infinitamente, ganha status de verdade e retira da vida o inédito, inaugural e a divergência. Assim, Melquíades acredita que sua "medida socioeducativa" serve para fomentar a prisão-modelo porque, a partir dela, ninguém deixará aquele lugar.

Vejamos um outro preso, Bronco Gil, refletindo sobre como os presos percebem Melquíades:

> Não se sabe há quanto tempo Melquíades caça os presos, aplicando o que chama de medida socioeducativa, mas, de acordo com Taborda, o chefe enlouqueceu nos últimos meses por causa do confinamento, do estado de isolamento e da convivência com a maldade de cada homem deste lugar. (...) Ele jamais poderia viver em sociedade novamente, foi corroído pelo sistema que defende. (MAIA, 2015, p.68)

Na explicação de Bronco Gil, vemos a descrição de que Melquíades teria sido corroído pelo sistema que defende. Melquíades, como uma ruína, mostra que ali mesmo onde o projeto de encarceramento se faz mais presente, mais se reafirma a gestão da morte. Ser corroído pelo sistema equivale ao funcionamento exemplar e não ao funcionamento disruptivo. Um funcionamento tão pleno dessa máquina de guerra só pode

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

levar à exaustão da máquina que, dessa forma, estaria disposta até a própria aniquilação. Melquíades não é uma exceção, como a leitura da sua loucura poderia sugerir; ele é um funcionamento tão pleno da necropolítica que leva a sua própria morte, como a do próprio Estado como narrativa moderna.

Nesse sentido, seria interessante refletir sobre como o filósofo Vladimir Safatle dialoga com Achile Mbembe de modo a perceber os desdobramentos do necropoder e como o seu pleno funcionamento implicaria numa implosão dando origem ao Estado Suicidário:

> Engana-se quem acredita que isto é apenas a já tradicional figura do necroestado nacional. Caminhamos para além da temática necropolítica do Estado como gestor da morte e do desaparecimento. Um Estado como o nosso não é apenas o gestor da morte. Ele é o ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão. Para ser mais preciso, ele é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição. O fim da Nova República terminará em um macabro ritual de emergência de uma nova forma de violência estatal e de rituais periódicos de destruição de corpos. (SAFATLE, 2020, s.p)

A necropolítica, em seu pleno funcionamento, leva o Estado ao colapso ao ponto de ele próprio poder desaparecer. Tal como a imagem de Melquíades, que se encontra corroído pelo sistema, esse Estado exposto ao necropoder não se furtaria a também se oferecer como sacrifício do que quer salvar: o exercício do poder pura e simplesmente. No extremo, o necropoder se apresenta como um exercício de poder que pode ser confundido com uma loucura, aquilo que aparentemente gostaria de evitar como sistema disciplinar e regulatório.

A confiança cega na razão, metaforizada no cumprimento das ordens, faz com que a prisão se transforme num lugar de extermínio. Aqui, responde-se à pergunta de como melhorar a funcionalidade da prisão-panóptico: a criação de espaços cuja efetividade é garantida pela morte dos prisioneiros. A prisão-modelo, portanto, como lugar de extermínio, mostra o revés catastrófico do sonho da razão e da ordem.

Essa maneira extrema de necropolítica pode, ainda, ser observada no pai de Melquíades. Dele, o administrador herda um exemplar da Bíblia e a maneira bélica de lidar com o outro, ou seja, está dentro de um loop familiar que agencia o necropoder:

> Aprendeu com o pai, um ex-policial, que o melhor lugar para se manter um bandido é debaixo da terra. Antes de ser baleado e cair de uma altura de trinta metros, fuzilou pelo menos seis. Seu nome consta nos registros dos heróis da polícia. Em casa, era fechado e quieto. Na maior parte do tempo, compungido. Gostava de ler Bíblia, e carregava consigo um pequeno exemplar, justamente como faz Melquíades, que, com esse gesto, mantém um contínuo memorial de seu pai. (MAIA, 2020, p. 80)

Quando seu pai acredita que o melhor lugar para um bandido é debaixo da terra e quando, por ter matado seis, é condecorado herói, a sociedade dá um recado para Melquíades. A forma-prisão é uma forma-social, que encontra respaldo nessas falas e atitudes que fazem parte do pai de Melquíades e da sociedade. O extremo da forma-prisão aqui aparece no "sacrifício" do pai, a mesma morte que Melquíades não renega.

Mas a denúncia do texto, por vezes, é mais evidente, quando, por exemplo, mostra que, quando o pai de Melquíades se interessava pela vida, era enfermeiro; depois, quando se identificou com a morte, tornou-se policial:

> Antes de entrar para a polícia, seu pai trabalhava como enfermeiro na emergência de um hospital. Lidava com sangue, mas salvava vidas. Inclusive a de bandidos. Era imparcial: o que caía em sua mão, ele se esforçava para manter vivo. Isso foi antes de Melquíades nascer. Aos poucos, a vontade de matar foi se tornando maior que a vontade de ajudar a viver. Nos plantões da emergência era comum lidar com vítimas e criminosos ao mesmo tempo. Foi assim que, gradativamente, surgiu seu desprezo pela vida. Aflorou madrugada a madrugava. Depois de algum tempo caçar javali já não o saciava. Queria mais. Entrou para a polícia e matou mais criminosos em um ano que javalis em toda a sua vida. Porém, mesmo sendo a escória, ainda eram seus semelhantes. E isso começou a afetá-lo. (MAIA, 2020, p. 80)

Com essa vinculação das forças policiais à morte, vemos uma crítica ao aparato regulatório do Estado, que, desse ponto de vista, estaria associado ao biopoder e à necropolítica.

Essa associação encontra, ainda, numa imagem a sua exemplificação dentro do romance. Trata-se do momento em que Melquíades substitui o retrato do presidente da república por uma cabeça de javali. O quadro estava na sala onde Melquíades ficava e, assim que Taborda consegue terminar o trabalho de empalhar a cabeça de javali, o administrador faz essa substituição:

> Melquíades vira-se e olha para a foto pregada na parede. [...] Deixa a cabeça empalhada sobre a mesa e cuidadosamente retira o quadro com a foto do presidente. [...] Entra no pequeno banheiro de sua sala e de lá fala para Taborda:
>
> - Encontrei um lugar.
>
> Taborda entra no banheiro, e um prego na parede acima do vaso sanitário descansa, enferrujado e inútil. (MAIA, 2020, p. 35)

Essa substituição revela como, de fato, o Estado deve ser visto, descortinando todas as suas narrativas progressistas e biopolíticas: como um exercício de barbárie. A caça morta, empalhada e sem olhos no lugar do quadro do presidente é um troféu para um Estado que entende justiça como uma eliminação e controle de grupos.

3 É POSSÍVEL RESISTIR DENTRO DA COLÔNIA?

Uma vez que tratamos do espaço da Colônia Penal e do agente mais efetivo das políticas da necropolítica, falta percebermos como sobreviver a esse tipo de poder. A primeira questão nesse sentido é pensarmos que a resistência não pode ser pensada, apenas, dentro daquele tempo messiânico da redenção ou dentro da própria linha temporal instituída pela modernidade conhecida como tempo do progresso. A resistência às diferentes formas de poder pode também ser diversa, por isso seu sentido não está encerrado apenas no enfrentamento direto às opressões. Ao enfrentar uma opressão, os diferentes sujeitos se valem de uma série de estratégias que, muitas vezes, não está centrada em oferecer uma resposta com a mesma intensidade da pergunta que foi

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

dirigida. Na linguagem, há vários mecanismos que podem produzir um movimento de deflaxão, em que observamos um grau de deslocamento proporcionado pela carga que é dispensada sobre um objeto.

Sabendo disso, dois presos são importantes em termos de como responder à opressão: Valdênio e Bronco Gil. O primeiro é um dos mais velhos da colônia, e o segundo, um dos últimos a chegar. Além disso, os dois apresentam no corpo a marca de algum tipo de violência: Valdênio, de tanto apanhar nas diferentes prisões por onde passou, ficou manco de uma perna, e Bronco Gil perdeu um olho comido por um urubu. Se Melquíades é descrito como corroído pelo sistema, os presos também mostram no corpo a corrosão por algum tipo de violência, mas, diferente do administrador, que é pura alienação, os dois, mesmo afetados pela Colônia, conseguem, de modos distintos, desenvolver estratégias de sobrevivência.

Sobre Valdênio já vimos, na primeira parte, como ele desliza por entre as manobras de interrogatório de Melquíades. Consegue ser um dos últimos sobreviventes da Colônia e, assim como todos, acredita que a tornozoleira que tem no pé explodirá caso fuja da prisão. Está preso na forma-prisão que faz a manutenção do medo da explosão da perna. Mas é interessante como Valdênio tem consciência de que a prisão é uma encenação da justiça, por isso, quando Pablo, um preso que consegue escapar da caçada de Melquíades, informa que fugirá dali e salvará a todos porque denunciará o que acontece dentro da Colônia, Valdênio pede que ele não faça isso.

Esse tipo de postura denuncia que Valdênio sabe que a Colônia é uma forma-prisão e, como tal, não é uma excrecência, mas algo aceito pela sociedade, portanto não faria sentido se arriscar em denunciar. Entretanto, essa consciência não implica que, no final da narrativa, Valdênio não se arrisque a sair da Colônia mesmo com a tornozeleira. Numa conversa com Bronco Gil, vemos Valdênio assumindo o risco de morrer a ficar na Colônia:

> - Sempre quis saber se esta coisa explode de verdade. Nunca te contei, mas tive uma chance de sair daqui. Uma única vez. Eu poderia ter ido pra longe e nunca mais me encontrariam, mas tive medo desta coisa explodir. Não me importo mais.
>
> Valdênio dá o primeiro passo para fora dos muros. Respira fundo e dá mais dez passos até parar. Vira-se para Bronco Gil, que permanece do lado de dentro da esperança do porvir. Contam, cada um para si, até trinta. Nada acontece. Valdênio bate as palmas e dá um pequeno pulo.
>
> - Eu sempre desconfiei, índio. Eles mentiram pra nós esse tempo todo. A gente se cagando de medo e podia simplesmente ter ido embora. - Cai na gargalhada com nunca antes. (MAIA, 2020, p. 131)

Valdênio toma essa atitude logo depois de uma série de eventos que apontam para o fim da Colônia e quando só restam ele e Bronco Gil como prisioneiros. Portanto, é só nesse momento que se sente confortável a arriscar a própria vida e superar o medo de explodir a própria perna. A tornozeleira não explode a despeito do que os agentes penitenciários diziam. O medo da explosão paralisava todos os presos, funcionando como uma mecanismo de controle de todos ali. Assim, entre os aparatos disciplinares que compõem o poder, o medo é um importante aliado. Valdênio só consegue superá-lo numa conjuntura que é completamente diferente do começo a narrativa. Por isso, sua resposta à opressão é construída e estudada.

Sobre o medo, vemos que o Estado moderno capturou esse sentimento e o administrou criando uma rede de proteção conhecido como Estado social. De acordo com Bauman, houve uma substituição de elementos naturais de solidariedade, como a vizinhança ou laços comunitários, por vínculos artificiais como "associações, sindicatos, coletividades de tempo parcial". (BAUMAN, 2007, p.73). Estaríamos, de acordo com o filósofo, atravessando uma fase de desintegração desses elementos que administraram o medo, pressionado por forças globais de mercado:

> Essa segunda desregulamentação não foi seguida, contudo, de novas formas sociais de administração do medo. A tarefa de enfrentar os temores decorrentes das novas incertezas tem sido, da mesma forma que os próprios medos, desregulamentada e "terceirizada", ou seja, deixada aos esforços e iniciativas locais, e em grande parte privatizada - transferida, em larga medida, para a esfera da "política de vida", ou seja, deixada amplamente aos cuidados, engenhosidade e astúcia de indivíduos, assim como aos mercados, que não aceitam e eficazmente rejeitam todas as formas de interferência comunal (política), para não falar de controle. (BAUMAN, 2007, p. 74)

Essa terceirização do sentimento significa deixar os indivíduos na administração dos seus própr ios medos. Na sociedade, faz emergir a condição de classes perigosas permanentemente e esses grupos se verão desamparados pelo Estado em termo de administração de suas vulnerabilidades.

O medo de a perna explodir pela tornozeleira, que paralisa os presos, não está relacionada apenas à morte, mas também a uma impotência, algo que demonstra a condição deles: é como se todos estivessem com uma bomba amarrada ao próprio corpo prestes a explodir. Essa condição é proporcionada pela situação desses grupos num Estado que abdicou de ser um Estado social:

> Tal como as pessoas sem emprego, os criminosos (ou seja, aqueles destinados à prisão, acusados e aguardando julgamento, sob supervisão da polícia ou simplesmente com ficha na polícia) não são mais vistos como temporariamente expulsos da vida social normal e destinados a serem "reeducados", "reabilitados" e "reenviados à comunidade" na primeira oportunidade - mas como permanentemente marginalizados, inadequados para a "reciclagem social" e designados a serem mantidos permanentemente fora, longe da comunidade dos cidadãos cumpridores da lei (BAUMAN, 2007, p. 76)

Em Bronco Gil, encontramos uma outra manei ra de lidar com a opressão. Filho de uma indígena que foi estuprada por um fazendeiro, Bronco Gil é chamado de índio pelos agentes da colônia. Está sempre atento aos movimentos dentro da Colônia e consegue fugir fazendo um acordo com Heitor, o agente da justiça que chega ali para fechar o lugar. O acordo com um representante do poder é que, se Bronco Gil matasse Melquíades (que, naquele momento, estava ameaçando a vida dos dois), ficaria livre da prisão. Portanto, não é um trato muito distinto daquele que o próprio Bronco Gil fizera e pelo qual estava pagando na prisão, uma vez que estava ali porque tinha matado por encomenda um prefeito.

Quando o sistema precisa de alguém para eliminar algo indesejado, se serve daqueles cujos crimes são punidos por fazerem justamente o que é pedido, nos mostrando que a justiça tem muito mais a ver com o que o poder pensa do que um conjunto de regras que não podem ser rompidas. Esse comportamento volúvel e parcial da justiça

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

serve para denunciar a sua arbitrariedade, deixando à mostra que é, simplesmente, um exercício do poder:

> Aos pés de Heitor, joga o corpo do agente. [...]
>
> - Serviço limpo – diz Bronco.
>
> Heitor olha para o corpo com ânsia de vômito. [...]
>
> - Agora o nosso acordo – diz.
>
> Heitor abaixa-se e remove a tornozeleira de Bronco Gil. (MAIA, 2020, pp. 139 -140)

Para impedir o inevitável comportamento do agente, porque, como acreditamos, Melquíades é para onde converge a próprio discurso da necropolítica, Heitor dá status de legitimidade àquilo que o sistema condena. Esse capricho da justiça mostra como ela é um dispositivo que faz a manutenção do poder gerindo as mortes. As mortes só são injustas, portanto passíveis de penas, se estiverem fora dos cálculos do poder. Atravessado pelo racismo e pelo fascismo, esse poder só ganha legitimidade, portanto só é visto como justo, quando inclui dentro dos seus cálculos da morte os grupos mais vulneráveis.

Sobre esses grupos, a narrativa nos mostra que não só na terra, como embaixo dela eles não estão a salvo, uma situação que se mantém ao longo do tempo. O conflito está em todos os lugares, verticalizado no subsolo e estendido no tempo. Ao ouvirmos o histórico da Colônia, sabemos que ali era um lugar chamado de Calvário Negro, para onde se levavam os negros escravizados para serem mortos. Quando os presos vão enterrar os corpos dos companheiros mortos por Melquíades, encontram vários esqueletos que remontam a esse passado, mas uma descoberta em particular choca a todos: um baú cheio de restos mortais de crianças. É o agente Taborda que revela isso para Heitor: "- Abrimos o baú e quis acreditar que eram animais. Mas eram bebês. Bebezinhos. Os ossos bem pequenos tão frágeis, eram muitos..." (MAIA, 2020, p. 124)

Esse histórico de morte da colônia à Colônia Penal nos demonstra a manutenção de práticas de poder, embora o país já não esteja no colonialismo histórico. Faz-nos pensar numa nação que, embora esteja assentada no pacto de direitos e deveres igualitários aos seus cidadãos e numa economia que fomenta a liberdade para seus sujeitos, mantém uma dinâmica social muito excludente. Esse tipo de dinâmica, como forma social, está presente em todas as instituições do Estado, se constituindo mais numa condição de existência do que numa exceção. Os aparatos institucionais do Estado, portanto, garantem o controle e a exclusão ao mesmo tempo, mas, revestidos de narrativas progressistas e neoliberais, são vistos apenas como bens emancipadores ou como aqueles que protegerão a propriedade privada e a liberdade individual. Desse ponto de vista, o sistema penal, como o romance discute, é um instrumento de controle visando à manutenção e reprodução do pensamento hegemônico sobre o que é uma sociedade; não visa correção, tampouco alguma transformação:

> Finalmente Valdênio está do lado de fora e olha para o interior da Colônia pela primeira vez. (...) Acima do portão, em letras de ferro desgastado, está escrito há muito tempo: "A correção nos torna livres". (...)
>
> - Que maldição, velho? O que tem aí? - Bronco Gil lê a inscrição. - Deixa disso, velho. Eles corrigem a gente com uma bala na cabeça, e somos livres quando morremos. É isso o que diz aí em cima. No fim, somos todos livres, porque, no fim, estaremos mortos. (MAIA, 2020, pp. 131- 132)

Na citação acima, a frase encontrada no portão da Colônia Penal ("A correção nos torna livres") se assemelha a uma inscrição muito cara para a história ocidental. Trata-se da expressão encontrada em vários campos de concentração nazista: Arbeit macht frei (O trabalho liberta). O jogo entre a inscrição do portão da Colônia Penal com a frase que aciona um dos episódios mais trágicos da história pontua a ironia e crítica do romance de Ana Paula Maia à noção de correção como libertação.

Os cadáveres que podem ser encontrados por toda a Colônia remontam a essa ideia de correção que persiste no tempo e no espaço. Mas fazem-nos entender que, a despeito de uma sociedade que desenvolve políticas de esquecimento da violência, essa memória deve estar sempre presente sob pena da sua repetição.

Umberto Eco, na obra O fascismo eterno, cita no final do texto um poema de Franco Fortini para argumentar que "Liberdade e libertação são uma tarefa que não acaba nunca (ECO, 2018, p.61). No poema, encontramos também as lembranças da violência por todos os lugares, numa forma de lembrar que o fascismo está sempre à espreita:

> Na amurada da ponte
> A cabeça dos enforcados
> Na água da fonte
> A baba dos enforcados.
> No calçamento dos mercados
> As unhas dos fuzilados
> Na grama seca do prado
> Os dentes dos fuzilados
> Morder o ar morder as pedras
> Nossa carne não é mais de homens
> Morder o ar morder as pedras
> Nosso coração não é mais de homens
> Mas nós lemos nos olhos dos mortos
> E na terra a liberdade havemos de fazer
> Mas estreitaram-na os punhos dos mortos
> A justiça que havemos de fazer. (FORTINI apud ECO, 2018,p. 63)

A sociedade é excludente, acumulativa e exploratória e prega a crença nas mitologias progressistas e emancipatórias impedindo-nos que vejamos seus dispositivos regulatórios como órgãos de controle e políticas da morte. O romance de Ana Paula Maia permite a desnaturalização dessa ideia para uma justiça para os que estão na terra como embaixo dela.

4 CONCLUSÃO

O romance Assim na terra com embaixo da terra discute a relação entre sociedade, Estado, grupos vulneráveis e sistema penal. A partir de uma história aparentemente extrema numa Colônia Penal onde os prisioneiros são mortos, a obra possibilita pensar no nosso contemporâneo em que práticas necropolíticas e suicidárias fazem parte do discurso do Estado.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 186 – 204 | mai/ago 2020

Observamos no estudo da forma-social prisão como a crença na correção como promoção do homem livre legitima a morte de alguns grupos. Atravessada pelo racismo e pelo fascismo, nossa sociedade se apoia em dispositivos paradoxais que só conseguem ser vistos como tais se o colocamos à prova, como o romance o faz.

Assim, a situação dos presos no romance só é descabida dentro de uma retórica humanista que acredita que o biopoder, realmente, é pensado como política de promoção da vida sem ser atravessado por lógicas de mercado e coloniais. Se não considerarmos essas outras forças que atravessam o biopoder, não conseguiremos observá-lo de maneira crítica.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da luta ao longo do tempo e nesse espaço de políticas verticais. Se há conflito por todas as dimensões dentro de uma sociedade que aceita a forma-prisão, há igualmente memória desse conflito. Os corpos nos subsolos e a fuga espetacular de poucos prisioneiros mostram que, assim na terra como embaixo da terra, há a vida tentando resistir a formas de opressão que resistem no tempo e nos espaços.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação; racismo e encarceramento em massa. Trad. Pedro Davolglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

BENJAMIN, Walter. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. In: BENJAMIN, Walter. Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921). Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de janeiro: Zahar, 2007

ECO, Umberto. O fascismo eterno. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2018.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GRUPO DE TRABALHO COVID-19 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Isolamento social vertical é ineficaz para conter a pandemia COVID-19 (coronavírus). 5 de abril de 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/126YvM4ornYByit3jK-QaeZjLMNEsuuYbs/view Acesso em 17/04/2020.

MAIA, Ana Paula. Assim na terra como embaixo da terra. Rio de janeiro, São Paulo: Record, 2020.

GRÜNNAGELL, Christian. "Ir aonde ninguém quer ir": entrevista com Ana Paula Maia. Estudos de literatura brasileira contemporânea. n. 45, pp. 351-371, jan./jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/elbc/n45/2316-4018-elbc-45-00351.pdf Acesso em 19/04/2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORWELL, George. 1984. Trad. Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RANCIÉRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.) A crise da razão. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras,1996.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao Estado suicidário. Disponível em: https://n-1edicoes.org/004 Acesso em 14/04/2020.

Recebido em 12/05/2020
Aceito em 21/06/2020